

CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NACIONAIS E NACIONALISMOS: HISTÓRIA, FORMAÇÕES E ABORDAGENS

CONSTRUCTION OF NATIONAL IDENTITIES AND NATIONALISM: HISTORY, FORMATIONS AND APPROACHES

Marcelo Marcon*

Resumo: Este trabalho tem por objetivo promover uma discussão sobre a construção das identidades nacionais e dos nacionalismos, analisando suas definições e abordagens, o processo de formação das nações, das identidades nacionais e dos nacionalismos, e, por fim, considerações a respeito da construção das identidades nacionais e da nação no Brasil, a partir do imaginário social de sua população, analisando temas como o mito edênico e o complexo de grandeza, e ainda casos de regionalismos presentes no estado do Rio Grande do Sul. Os processos que permeiam a construção das nações, identidades nacionais e nacionalismos são, frequentemente, pauta nos debates entre historiadores pela importância que representam e pelas diferentes visões sobre elas. Opiniões recorrentes e específicas de determinados autores serão analisadas no sentido de compreender este tema complexo e relevante à pesquisa historiográfica. Dessa forma, busca-se neste artigo realizar uma análise teórico-conceitual baseado em autores que são referências no assunto.

Palavras-chave: Identidades nacionais; Modernidade; Nação; Nacionalismos.

Abstract: The present paper aims to discuss the national identities and nationalism construction, analyzing its definitions and approaches, the process of formation of nations, national identities and nationalisms, and, at least, considerations about national identities constructions and Brazilian nation, through social imaginary of its population, analyzing topics how the Edenic myth and the complex of grandeur, and some cases of regionalisms present in Rio Grande do Sul state. The process that permeates the construction of nations, national identities and nationalism are frequently in the historians debates, due its importance and different perceptions about them. Recent and recurrent opinions of some authors will be analyzed in the sense of comprehend this complex and important subject of historiographical research. On this way, we aim in this paper to analyze theoretical-conceptual based in authors that are references in this subject.

Key Words: Modernity; Nation; National Identities; Nationalism.

Considerações Iniciais

Os processos de construção das identidades nacionais e dos nacionalismos tem sido alvo constante de discussão pelos historiadores, pela complexidade que representa, surgindo

* Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo. Graduado em História também pela UPF. Áreas de interesse: História Política; História dos partidos políticos; História e Imprensa; E-mail: marcelomarcon90@hotmail.com.

diferentes interpretações e abordagens na historiografia. Questões como as definições dos conceitos e o período de existência promovem debates e estudos minuciosos relacionados ao tema.

Embora alguns estudos encontrem características de nações e nacionalismos há séculos, entendemos-as como algo peculiarmente moderno, como definido por John Breuilly (BREUILLY, 2000, p.179). Essa visão de Breuilly entende que as nações e o nacionalismo são concebidos na modernidade, e que encontra mais força explicativa quando visto na perspectiva política.

Existem diferentes abordagens de nacionalismos e de conceitos de nação, sendo que para uma população ser definida como nação, há uma série de elementos constitutivos que precisam ser bem estabelecidos, como: seus ancestrais fundadores, uma história que estabeleça a continuidade da nação, uma língua, monumentos culturais e históricos, heróis nacionais, lugares de memória, paisagem típica, folclore, modo de vestir, gastronomia, entre outros (THIESSE, 2001, p.08).

Essa lista, que Anne Marie Thiese chama de *check-list* identitária, é para ela a matriz de todas as representações de uma nação, sendo uma lista prescritiva. Pensar nesses elementos é importante justamente para se entender os processos de construção das identidades nacionais, pois é nessas características, como a língua, a cultura, o folclore, que os indivíduos de cada nação compõe a sua história.

Tendo em vista esses elementos imprescindíveis na construção das nações e das identidades nacionais, e que as nações e o nacionalismos são concebidos na modernidade, se irá debater como ocorrem as construções das identidades nacionais e dos nacionalismos.

Nações e nacionalismos: definições e abordagens

Ao falarmos sobre a definição do termo nação, torna-se imprescindível mencionarmos o clássico de Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*. Nele, o autor afirma que nação é uma comunidade política imaginada, sendo limitada e ao mesmo tempo soberana. “Ela é imaginada porque mesmo os membros das mais minúsculas das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2008, p.32).

Essa afirmação torna-se importante por fazer pensar que embora a maioria dos habitantes de uma nação não se conheçam, ainda assim, reconhecem-se como seus membros, e isto torna as nações algo imaginado, limitado, soberano e território onde compartilham-se de hábitos em comum.

Outra definição que merece destaque pela clareza e eficácia é da historiadora Anne-Marie Thiesse, a qual afirma que

A nação, diferentemente de um agrupamento da população definido pela sujeição a um mesmo monarca, coloca-se como independente da história dinástica e militar: ela preexiste e sobrevive a seu príncipe. O que constitui a nação é a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistirá em inventariar este patrimônio comum, isto é, de fato, em inventá-lo (THIESSE, 2001, p. 08).

Essa definição de Anne-Marie esclarece a diferença de uma nação, que preexiste e sobrevive a seu príncipe, para uma população que está condicionada a existência de um monarca. Mas, a argumentação principal da autora consiste na transmissão de uma herança coletiva, através das gerações, ou seja, o que torna a nação a ser designada como tal é um conjunto de elementos que passa por gerações e ganha um caráter próprio.

Essa herança coletiva é composta, segundo Anne-Marie, de uma lista de elementos identitários, a chamada check-list identitária, composta por ancestrais fundadores, uma história que estabeleça a continuidade da nação através da história, uma galeria de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, lugares de memória, paisagem típica, folclore, e outros elementos como modo de vestir, gastronomia, dentre outros.

Estes elementos, que passam de geração em geração e se transformam na herança coletiva que a autora explicita, tem uma carga de historicidade, intencionalidades e escolhas realizadas através do tempo. Dentro dessas escolhas, ocorre a dos ancestrais fundadores, a reivindicação de filiação, em que segundo Anne-Marie, o povo “é um museu vivo dos grandes ancestrais, depositário dos vestígios de sua cultura original” (THIESSE, 2001, p.09).

Aliada a escolha dos ancestrais, um dos fatores mais importantes na composição do check-list é a instituição de uma língua nacional, territorialmente e socialmente comum. As línguas nacionais foram constituídas após uma completa revisão da cartografia linguística da Europa, que se encontrava em uma confusão de dialetos e línguas.

Para Anne-Marie,

Uma língua nacional, ao contrário, tem por função assegurar a totalidade da comunicação no seio da nação: quaisquer que sejam suas origens geográfica e social, todos os seus membros devem compreendê-la e empregá-la em todos os seus usos. Ela deve permitir a expressão de qualquer ideia, de qualquer realidade, desde as mais antigas até as mais modernas, desde as mais abstratas até as mais concretas (THIESSE, 2001, p.11).

Percebe-se dessa forma a importância da língua na constituição e afirmação de uma nação, sendo ela necessária tanto na esfera geográfica como na social, e na capacidade de permitir uma expressão e comunhão da nação. Para a afirmação da língua nacional, foi imprescindível a criação de um sistema educacional nacional, “da emigração rural para as cidades e dos meios de comunicação de massa” (THIESSE, 2001, p.12).

Dentre todos os elementos descritos por Anne-Marie, destaco a língua nacional pela sua importância na afirmação da nação. Como afirma Eric Hobsbawm, em sua obra *Nações e nacionalismo desde 1870*, o critério etnolinguístico tornou-se de fato dominante para definir uma nação. É possível citar o exemplo dos alemães e italianos, em que a língua era o único elemento que os fazia de fato alemães e italianos, e consequentemente tinha um peso maior para a identidade nacional do que o inglês tinha para quem o lia e escrevia (HOBBSAWM, 1998, p.127).

Outros elementos definidos por Anne-Marie que se tornam importantes na constituição de uma nação são os elementos culturais, como o folclore, a gastronomia, o vestuário, questões cotidianas, que embora não sigam necessariamente um padrão, demonstram um rico patrimônio cultuado por habitantes de uma mesma nação.

Compartilha-se da teoria de que as nações e os nacionalismos, devem ser entendidos como algo moderno, concebido no período definido como modernidade. De fato, Hobsbawm afirma que a “característica básica da nação moderna e de tudo o que a ela está ligado é sua modernidade, sendo que antes de 1884, a palavra nação significava apenas “o agregado de habitantes de uma província de um país ou de um reino”. E que, a partir de então, é reconhecida como um Estado ou corpo político, que “reconhece um centro supremo de governo comum e também o território constituído por esse Estado e seus habitantes, considerados como um todo”.

Jonh Breuilly classifica as abordagens mais comuns dos nacionalismos, entre: primordialistas, funcionalista, narrativa e moderna (BREUIILY, 2000, p.158). Ele critica a

abordagem primordialista por propor a ideia que suas nações existem há muito tempo, justamente por entender que elas são concebidas na modernidade.

A abordagem funcionalista tem como premissa as funções atribuídas ao nacionalismo, em especial a ideia de que as pessoas buscam nele um conforto para suprir sua crise de identidade. Breuilly vê essa teoria como problemática, pelo fato da própria ideia da necessidade de identidade carecer de historicidade, afirmando que essa abordagem sabe responder as perguntas sobre o “como”, mas não sobre o “porque”, e que é necessário ir além para ver o nacionalismo como componente da modernidade (BREUILLY, 2000, p.164-166).

Também explica a abordagem narrativa, que segundo ele pressupõe um “começo, meio e fim”, apresentando o movimento nacional como uma forma de progresso cujo fim se materializaria no futuro (BREUILLY, 2000, p.166). Mas para Breuilly a narrativa precisa ser teorizada, para que o leitor possa ver porque o nacionalismo e a formação do Estado nacional são aspectos tão disseminados da modernidade.

Após apresentar essas três teorias, definindo-as e explicando porque não as adere, Breuilly enfim apresenta a abordagem moderna do nacionalismo, a qual ele acredita que têm maior força explicativa, em especial, a abordagem do nacionalismo como modernização política. Para ligar o surgimento do nacionalismo com a modernização política, Breuilly afirma que precisamos pensar no desenvolvimento do Estado moderno (BREUILLY, 2000, p.171).

Para este autor, o Estado moderno teria se desenvolvido, originalmente, de uma forma liberal, separando o Estado entendido como público e a sociedade civil como privada. Também ressalta a importância das fronteiras, citando o exemplo francês:

A concepção moderna da França como um espaço claramente delimitado, dentro do qual o Estado francês era soberano, opôs-se a uma concepção mais antiga do poder como conjuntos variáveis de privilégios, relacionados com diferentes grupos e territórios. As ideias claras e distintas do Estado como única fonte da soberania em um território delimitado são marcos do Estado Moderno (BREUILLY, 2000, p.174).

Ao afirmar que as ideias do Estado como única fonte da soberania em um território delimitado são marcos do Estado moderno, Breuilly explicita a importância de entender o nacionalismo e as identidades nacionais em uma perspectiva moderna. Sendo que foi exatamente o Estado moderno, como no caso da França, um território delimitado por suas

fronteiras, que possibilitou o surgimento das nações, dos nacionalismos, e das construções de identidades nacionais.

Dessa forma, seguindo na perspectiva de John Breuilly, entendem-se as nações e os nacionalismos como concebidos na modernidade, em um foco especial na política. Apesar do nacionalismo também encontrar vários elementos em outras abordagens, como na questão dos sentimentos, a perspectiva da modernização política, concentrado na questão do desenvolvimento do Estado soberano e delimitado por fronteiras, é capaz de explicar com maior clareza e fundamentação o surgimento das nações e dos nacionalismos.

A formação das nações, das identidades nacionais e dos nacionalismos

Sendo as nações concebidas na modernidade, é no final do século XIX e início do século XX que os elementos necessários para serem definidas como tal, estão claramente estabelecidos. Na maior parte das nações da Europa, os ancestrais estão identificados, a língua nacional fixada, a história escrita e as paisagens, músicas nacionais, monumentos históricos e folclores estão devidamente situados (THIESSE, 2001, p.10).

No processo da escolha dos ancestrais, fez-se necessário uma arqueologia do nacional, concebendo o povo, constituído em nação, como detentor da legitimidade do poder. Apesar da cultura francesa colocar-se como detentora da herança comum greco-latina, Anne-Marie afirma que na Europa, há um universo de fundamentos culturais, que exclui toda hierarquia entre as nações: “cada uma é depositária de uma herança específica, igual em valor e em dignidade àquela que os gregos e os romanos da Antiguidade constituíram” (THIESSE, 2001, p.10).

Assim, atividades da cultura popular da Antiguidade, da Idade Média e da Idade Moderna, como cantos, contos, sagas, baladas, dentre outros, transformam-se em ricos materiais na composição da história de cada nação europeia. Esses elementos promovem uma unidade de caráter nacional, assim como a língua, territorialmente e socialmente comum (THIESSE, 2001, p.10).

Sobre o papel das línguas nacionais na formação das nações, Hobsbawm entende que o elemento político-ideológico é evidente em suas construções, que pode percorrer desde a “mera correção e padronização das línguas culturais existentes, através da formação de tais línguas a partir do complexo recorrente de dialetos contíguos, até a ressurreição de línguas

mortas ou quase extintas, que resultam na virtual invenção de línguas novas” (HOBSBAWM, 1998, p.174).

É este processo de construção das línguas que cria um aspecto particular a cada nação, juntamente com as fronteiras, pois as línguas nacionais são um dos principais elementos que formam uma nação, e que auxiliam na formação das identidades nacionais. Sendo ela comum a todos, e diferenciada de outras nações, seus inúmeros usos práticos contribuíram à afirmação das nações.

Segundo Anne Marie,

A formação das nações esteve intrinsecamente ligada à modernidade econômica e social, à transformação dos modos de produção, ao alargamento dos mercados, à unificação e à racionalização dos procedimentos de conhecimento e de troca. Não é por acaso que as identidades nacionais resultam de um mesmo modelo, fundamentalmente transnacional. Elas são específicas – é a sua função – mas comparáveis termo a termo. Esta padronização é, provavelmente, um fator maior no êxito e generalização desta nova forma de identidade (THIESSE, 2001, p.19).

Assim, percebe-se como o fato das identidades nacionais resultarem de um mesmo modelo deve-se a intencionalidade de uma padronização, de uma generalização. Em contra partida, a mudança da economia e o avanço tecnológico na modernidade permitiram que fosse criado um campo de troca entre diferentes nações, em que particularidades e generalizações enfrentam-se.

Por outro lado, a formação do nacionalismo é vista de diferentes maneiras por historiadores, que segundo Anthony D. Smith (SMITH, 2000, p.185), lideram a tentativa de avaliá-lo e compreendê-lo. Para este autor, muitas vezes é considerado como um movimento histórico, que emergiu na Europa em um determinado momento e se manifesta em específicas situações históricas.

Também afirma que os historiadores tem visto com frequência o nacionalismo como uma doutrina. Mas segundo Breuilly, qualquer teoria geral do nacionalismo deve explicar por que os movimentos políticos tornaram-se tão importantes na modernidade. Para ele, esses movimentos políticos são modernos, essencialmente dos dois últimos séculos:

Nesse período, eles se tornaram os mais importantes dentre todos os movimentos políticos e contribuíram enormemente para redesenhar o mapa político mundial. Também ajudaram a estabelecer a ideia política preponderante dos tempos modernos, que é a de que o mundo se divide

basicamente numa série de Estados, cada um dos quais representa uma nação, e de que, na medida em que isso não acontece em algumas partes do mundo, deve vir a acontecer (BREUILLY, 2000, p.158).

Assim, entende-se que a formação dos nacionalismos está associada aos movimentos políticos surgidos na Europa a partir da consolidação dos Estados modernos. Hobsbawm, por sua vez, defende o critério etnolinguístico como dominante nos casos de nacionalismos.

Hobsbawm entende então que o nacionalismo constituiu-se por questões além do território, sendo a língua e a etnia os critérios mais importantes para definir a nacionalidade de cada povo. Mais tarde, outros critérios passam a fazer parte dos discursos nacionalistas, principalmente na Europa, que tornou-se sede do nacionalismo (HOBSEBAM, 1998, p.167).

Um exemplo de demonstração de sentimento nacionalista, segundo Hobsbawm, é o esporte, pela facilidade com que até mesmo os menores indivíduos políticos podem se identificar com “jovens que se destacam no que praticamente todo homem quer: ser bom naquilo que faz”. Para este autor, o indivíduo, mesmo aquele que torce, torna-se o próprio símbolo de sua nação (HOBSEBAM, 1998, p. 171).

Contudo, pode-se entender que a Europa foi o local central da formação das nações e dos nacionalismos, e que eles ocorrem especificamente na modernidade. Neste contexto, já no final do século XIX, os elementos descritos já estão devidamente definidos, e, portanto, somente com a presença desses, é que podemos definir uma nação como tal.

Isso mostra por que abordagens que remontam sua nação há séculos atrás possuem falhas, pois mesmo que possuam traços e aspectos nacionalistas, é apenas na modernidade que os itens da check-list estão consolidados. Também torna-se importante entender que não foram apenas os territórios e fronteiras que atuaram na formação das nações.

Critérios como a língua e a etnia, descritos por Hobsbawm, foram os elementos mais importantes na formação da nacionalidade e identidade nacional de cada povo. Cabe destacar, que o que levou a etnia a ter peso tão importante foi a prática de usar a raça e a nação como sinônimos, generalizando o caráter racial/nacional. Enquanto a importância da língua deve-se ao grande número de usos práticos e socialmente diferentes, para fins administrativos e educacionais (HOBSEBAM, 1998, p.137).

Enfim, a formação das nações e dos nacionalismos ocorre com base em diversos elementos, próprios de cada caso e que contribuíram em suas construções. Critérios do check-list, fronteiras, territórios, etnia e língua são exemplos de como este processo, que permeou a

modernidade, são imprescindíveis no estudo das nações e dos nacionalismos. Dessa forma, para compreender o atual contexto em que estão inseridos as identidades nacionais e os nacionalismos, torna-se indispensável estudar o processo de suas formações.

Construção das identidades nacionais no Brasil: heróis, mitos e regionalismos

A questão das identidades nacionais, de suas construções e desenvolvimentos, passam por uma série de elementos constitutivos, sendo alguns recorrentes e outros particulares de cada nação. Algo que costuma ocorrer em muitos casos é a criação de mitos e heróis, que como diz José Murilo de Carvalho, requer uma grande dose de “esquecimento” e de “erros históricos” (CARVALHO, 2003, p.398).

Para José Murilo, “os mitos nacionais, especialmente os mitos de origem, e os heróis nacionais são alguns dos instrumentos mais poderosos para a construção das identidades nacionais”. Afirmar que os heróis nacionais servem de imagem e de modelo à nação, e que este processo de construção de uma memória nacional, de mitos e de heróis ajuda as nações a organizar o passado, tornar o presente inteligível e encarar o futuro (CARVALHO, 2003, p.398).

Mas, todo esse processo de criação de heróis, mitos e de uma memória nacional ocorre na escolha de um determinado padrão desejado que seja seguido pela população. No caso brasileiro, a construção dos heróis nacionais não ocorreu de forma fácil, pois alguns critérios fizeram com que os candidatos a este posto não fossem escolhidos.

José Murilo cita o fato que, comparado a outras nações, o Brasil tem poucos heróis políticos nacionais, sendo que as figuras públicas, para as quais foram construídos monumentos e estátuas, são de pouco significado para os administradores e a população. O fato de não haver nenhum fundador da nação brasileira no imaginário popular, na visão de José Murilo, deve-se a independência ter ocorrido através de negociações e não conflitos violentos, como em outros países latino-americanos (CARVALHO, 2003, p.409).

O primeiro candidato a herói nacional foi D. Pedro I, mas sua candidatura não vingou pelo seu comportamento despótico, após a independência, e pela oposição republicana. D. Pedro II também não foi consenso por não ser uma figura marcial e estar mais preocupado com o funcionamento do sistema político do país (CARVALHO, 2003, p.410).

O autor destaca que a passagem da Monarquia à República não gerou nenhum nome com qualidades necessárias ao título de herói. Getúlio Vargas, por sua vez, apesar de ter sido um líder carismático e agraciado pelas massas, não era bem visto pela elite e mostrou-se incapaz de unir todas as classes, não gerando consenso em torno de seu nome (CARVALHO, 2003, p.410).

Dessa forma, o único nome que foi consenso entre a maioria e que se aproxima do status de herói nacional brasileiro é o de Tiradentes:

O processo de construção de Tiradentes como herói nacional teve surpreendentes reviravoltas que ajudam a compreender as preferências nacionais em relação a figuras-modelo. A tentativa inicial dos republicanos foi direcionada para acentuar o conteúdo político da ação de um novo herói, sua posição contra o regime colonial e em favor da liberdade e da independência, sua coragem pessoal ao assumir inteira responsabilidade pela rebelião, sua bravura ao enfrentar a sentença de morte. Mas, no decorrer do processo, os aspectos da sua vida que começaram a exercer maior fascínio tinham mais relação com as tendências religiosas que ele revelara durante os três anos que passara na prisão. O prisioneiro, sob influência de seus confessores, desenvolveu tendências místicas. Começou a se considerar um novo Cristo, pronto a oferecer a própria vida pela salvação de seu povo. [...] Tiradentes foi transformado em um herói cívico pela incorporação da imagem de um mártir religioso (CARVALHO, 2003, p.411).

Essa explicação de José Murilo sobre a escolha do herói nacional é extremamente perspicaz, principalmente pela conclusão do fator religioso ter sido fundamental à escolha de Tiradentes. Ele evidencia como líderes políticos não foram consenso para tornar-se dignos do título de herói, e então, um líder que apresentava tendências religiosas, que “liderou” uma rebelião anti-monarquista, foi visto como adequado para ocupar este espaço até então vago.

Para isso, Tiradentes foi transformado na figura de um novo Cristo, com retratos de seu rosto modificados para parecer-se com o do líder cristão, com a mesma forma de “entregar a própria vida” por uma causa. Este fator contribuiu à aceitação de Tiradentes como herói nacional pela população, que o associou com Jesus e tornou-se uma figura a ser admirada. Pois mesmo que poucos conheçam a sua história, muitos acreditam em sua heroicidade, e então, o admiram.

Outros nomes respeitados pelos brasileiros, porém sem conseguir alcançar o posto de herói nacional estão, em sua maioria, ligadas ao esporte, como Pelé e Ayrton Senna. Poucos vêm da política. José Murilo cita Getúlio Vargas, Tancredo Neves e Juscelino Kubitschek,

sendo que o que os três têm em comum, além de terem sido presidentes, é que suas mortes os tornaram tão lembrados. Getúlio suicidando-se para não deixar o poder; Tancredo, morrendo pouco antes de assumir a presidência; e Juscelino, em um trágico acidente de carro (CARVALHO, 2003, p.412).

Percebe-se, dessa forma, que há fatores presentes no imaginário popular plausível à aceitação de líderes nacionais, como a religião, o esporte, a morte.

A dificuldade em se criarem heróis nacionais políticos pode estar ligada à descrença geral nessa classe. A falta de identificação dos brasileiros com sua própria história é equiparada à falta de confiança nos líderes políticos, e mesmo pela sua clara rejeição a eles, incluindo aqueles eleitos para os mais altos cargos. A desconfiança nos políticos é um dos mais consistentes resultados nas pesquisas de opinião pública (CARVALHO, 2003, p.412).

De fato, é evidente que a descrença dos brasileiros sobre seus líderes políticos é acentuado, com forte aumento nos últimos anos. Apesar disso, os brasileiros, em geral, exaltam as qualidades de sua nação, principalmente as relacionadas à natureza. José Murilo recorda a chegada dos portugueses no território brasileiro, que ao se depararem com a natureza, ficaram admirados e imediatamente escreveram uma carta ao rei elogiando as terras. Ele afirma que com isso iniciou-se uma visão edênica sobre a colônia, ou seja, a visão de um “paraíso terrestre” (CARVALHO, 2003, p.402).

Essa ideia tornou-se o chamado mito edênico brasileiro, por ter sido reiterado inúmeras vezes e tornar-se importante ingrediente do imaginário social. José Murilo mostra os dados de uma pesquisa de opinião, realizada nos anos de 1995 e 1996, que perguntavam o motivo do orgulho dos brasileiros em relação ao seu país.

A pesquisa revelou que a natureza é a razão principal desse orgulho, com 25% de preferência, demonstrando ainda que as respostas das pessoas eram muito parecidas com as palavras utilizadas por Pero Vaz de Caminha na carta enviada ao rei de Portugal sobre as novas terras (CARVALHO, 2003, p.403).

O autor traz esses dados para explicar o “complexo de grandeza” sofrida por boa parte dos brasileiros, que acreditam que “tudo no Brasil deve ser grande, a natureza deve ser diferente, mais gigantesca e mais maravilhosa do que em outros países” (CARVALHO, 2003, p.406). Esse sentimento encontrado no povo brasileiro reflete nas identidades nacionais, que

demonstram uma necessidade de comparação a outros países, sempre na tentativa de se mostrar superior a eles.

Mesmo com esse complexo de grandeza fortemente cultuado pelos brasileiros, ele não chegou a interferir na ação política, permanecendo, segundo José Murilo, como uma vaga aspiração (CARVALHO, 2003, p.408. Mas essa imagem do país, no sentido do imaginário social, perpetua uma ideia de superioridade que se associa a ideia de descrença nos líderes políticos.

O historiador Luciano Aronne de Abreu afirma que o nacionalismo seria condição à construção de uma verdadeira nação no Brasil, ao passo que o desenvolvimento nacional seria o resultado da união das classes produtivas e das elites políticas. Para este autor, o Brasil seria um país marcado pela ausência de um sentimento nacional, desconstruído de sua própria realidade e influenciado historicamente por modelos europeus ou norte-americanos (ARRONE, 2012, p.177).

Justamente pela ausência de um sentimento nacional, marcado pelo regime federalista da Primeira República, em que o regionalismo foi exaltado, é que os intelectuais Oliveira Viana e Azevedo Amaral, base do texto de Luciano, acreditavam que era preciso a ação de um Estado forte, de uma chamada “democracia autoritária”. Eles justificavam a ação de medidas autoritárias por acreditarem que o povo brasileiro possuía uma grande insolidariedade social (ARRONE, 2012, p.177).

Dessa maneira, é possível afirmar que o Brasil não desperta em seu povo o culto de um sentimento nacional tão forte, se comparado a outros países. Entre outros fatores, o fato do país possuir casos de regionalismos fortemente acentuados contribuiu para esta ausência em torno de um sentimento nacional. Segundo Azevedo Amaral, “o regime federativo permitiu grande desenvolvimento econômico aos estados, garantindo o desenvolvimento global e exacerbando o espírito regionalista” (ARRONE, 2012, p.170).

Por esse fato, ideias de superioridade de estados em relação ao país costumam ocorrer. Em estados que possuem um forte espírito regionalista, muitas vezes seus habitantes o colocam em uma posição superior ao seu país. Embora os argumentos destes estejam, em maioria, fora de contexto, analisar este sentimento regionalista é importante para compreender os motivos ligados à ausência de um forte sentimento nacional brasileiro.

Ruben Oliven, em sua obra *A parte e o todo*, citando Pierre Bourdieu, explica que o nacionalismo e o regionalismo possuem aspectos semelhantes, que se caracterizam por serem

“um caso particular de lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão engajados” (OLIVEN, 2006, p.25).

Oliven toma como exemplo a construção social da identidade gaúcha, em que segundo ele, o modelo construído como padrão a cultura das “coisas gaúchas” está baseado num passado que teria existido na região pastoril da Campanha, no sudoeste do Rio Grande do Sul e na figura idealizada do gaúcho.

Para este autor, “trata-se de uma construção de identidade que mais exclui do que inclui, deixando de fora a metade do território sul rio-grandense e grande parte de seus grupos sociais” (OLIVEN, 2006, p.154). Isto nos faz pensar que a construção de identidades nacionais ou regionais muitas vezes não abrangem todos os fatores sociais, culturais e identitários de seus membros, mas escolhem um pequeno grupo para servir de modelo para todo um estado. No caso do Rio Grande do Sul, isso ocorre na tentativa de impor esta identidade aos demais membros.

Dessa forma, percebe-se como vários fatores estão ligados a construção das identidades nacionais brasileiras, e ao mesmo tempo, a falta do sentimento nacional. A dificuldade em criar heróis, a descrença dos brasileiros em seus líderes políticos, e os casos de regionalismos no país são alguns dos fatores que levam a mostrar que no Brasil, a construção destas identidades ocorre de forma dificultada e tumultuada.

Esses fatores são compensados, de certa forma, com a visão edênica e o complexo de grandeza comentado anteriormente. Por não terem bases políticas e heróis nacionais (com exceção de Tiradentes) para referenciar, os brasileiros demonstram seu culto ao país em fatores como a natureza, algo que independe de líderes e que é visto como um “presente divino”, que é patrimônio de todos e que sempre será, embora boa parte já tenha sido destruída pelos próprios brasileiros.

Como afirma José Murilo, o Brasil continua sendo o país do futuro, um país de muitos sonhos irrealizados. “As novas formas de organização social que despontam no horizonte indicam tanto a redução do poder do Estado como o enfraquecimento da identidade nacional. Em seu lugar, surgem o fortalecimento da sociedade e das identidades subnacionais” (CARVALHO, 2003, p.415).

Assim, ainda há um grande número de estudos a serem realizados sobre o tema, principalmente sobre as identidades nacionais, visto às mudanças que devem vir a ocorrer.

Em um período em que estas tendem a enfraquecerem, e as identidades subnacionais emergirem, pesquisas sobre o assunto tornam-se imprescindíveis para sua compreensão.

Considerações Finais

A questão das construções das identidades nacionais e dos nacionalismos levantam discussões profundas por se tratar de um tema complexo e que envolve diferentes opiniões entre pesquisadores. Por isso, é preciso deixar claro alguns elementos, como a concepção moderna das nações e dos nacionalismos.

É óbvio que existem critérios presentes nas nações que derivam de séculos atrás, mas é com o advento do Estado Moderno que é possível defini-las como tal, e que os movimentos políticos em que são concebidos o nacionalismo, ocorrem. O próprio conceito de nação é historicamente muito recente, bem como o de nacionalismo.

Também faz-se imprescindível definir os elementos necessários à construção de uma nação, e conseqüentemente, das identidades nacionais. Pensar nos elementos citados por Anne-Marie Thiese, em especial na língua, ancestrais fundadores, heróis e na própria cultura de uma nação significa pensar no cerne de nossas identidades nacionais.

Na questão vista sobre os nacionalismos, tanto quanto suas abordagens e sua formação, é preciso dizer que esse tema não é consenso entre os historiadores, e nem pretende-se aqui afirmar que a ideia presente neste trabalho é a única verdadeira, até mesmo por acreditar que em história não há verdades absolutas.

O que se buscou fazer foi um mapeamento do pensamento de historiadores com os quais compartilha-se das mesmas ideias, principalmente pela questão de sua modernidade. Também procurou-se enfatizar a natureza política do nacionalismo, por entender essa perspectiva como imprescindível para entender a complexidade que este representa.

Todavia, também entende-se que outros tipos de abordagem buscam explicar questões centrais dos nacionalismos, como as que estão ligadas aos sentimentos nacionais e das identidades nacionais. Entender o que leva as pessoas a buscar no nacionalismo uma forma de suprir sua crise de identidade faz-se importante, principalmente na pós-modernidade, em que valores antes definidos hoje parecem estar em crise, como a identidade, por exemplo.

Assim sendo, os processos de construção das identidades nacionais no Brasil merecem atenção especial, pela especificidade em que são baseadas. Ao contrário de outros países, em

que há uma quantidade maior de heróis nacionais, e que estes são vistos, de fato, com reverência pelos seus habitantes, no caso brasileiro, há uma grande dificuldade em se criar heróis, sendo Tiradentes o único que se aproxima desta classificação.

Como José Murilo de Carvalho avalia, o fator dominante na aceitação deste herói são suas tendências religiosas, e a forma como ele foi transformado para se aproximar da imagem conhecida de Cristo. Pelo fato de líderes políticos não terem sido aceitos, associar Tiradentes com o líder cristão permitiu que este fosse bem visto por uma população que, em sua maioria, não cultua heróis nacionais.

Enfim, os processos que permeiam a construção das nações, das identidades nacionais e dos nacionalismos, mostram uma complexidade e ao mesmo tempo, um rico material à pesquisa historiográfica. Seus elementos, quando estudados de acordo com cada nação específica e sendo concebidos na modernidade, mostram como este assunto está presente no cotidiano de cada povo, e exerceram e exercem influência, em suas formações e construções, e também na realidade atual.

Referências bibliográficas

ABREU, Luciano Aronne de. A construção da nação no Brasil: conservadorismo e autoritarismo político. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; HEINSFELD, Adelar (orgs.). *Estados Americanos: trajetórias em dois séculos*. Passo Fundo: Ed. Da Universidade de Passo Fundo, 2012.

ANDERSON, Benedict R. O'G. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BREUILLY, John. Abordagens do Nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Coord.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. Nação imaginária: memória, mitos e heróis. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HOBBSBAWM, E. J.. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

OLIVEN, Rubem George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. 2ºed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p.25.

SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In BALAKRISHNAN, Gopal (Coord.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

THIESSE, Anne Marie. Ficções Criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*. Porto Alegre: n,15, 2001/2002.